

Por Antonio Penteadó Mendonça



Ninguém mais tem dúvidas. Nem mesmo os céticos em relação às mudanças climáticas duvidam que elas chegaram e custam muito caro para a humanidade. É olhar o que está acontecendo pelo mundo para se ter certeza de que as coisas mudaram profundamente e que estas mudanças têm impacto direto e terrível na vida das pessoas.

Para quem gosta de espetáculo, os três furacões que recentemente varreram o Caribe e os Estados Unidos são o aviso divino de que daqui para frente nada será como antes. A ordem de grandeza dos furacões atingiu o máximo na escala e a devastação deixada, até em áreas não diretamente atingidas, mostra a violência da natureza e a absoluta insignificância e a impotência do ser humano diante dela.

Ao mesmo tempo em que os furacões varriam o Caribe e o Atlântico, tufões e tempestades violentíssimas cobravam seu preço no Pacífico e na Ásia. Quer dizer, o fenômeno é global e atinge indistintamente toda a humanidade.

Para quem imagina que o quadro se restringe aos grandes eventos como os furacões e os tufões, vale lembrar que os incêndios que atingiram Portugal, Espanha, Estados Unidos e agora devoram grandes áreas brasileiras são consequência do fenômeno. São as mudanças climáticas que estão alterando o sistema de chuvas e consequentemente abrindo espaço para os incêndios, cujos danos vão além das áreas queimadas, na medida em que lançam poluição na atmosfera e contribuem para o aquecimento do ar.

O Brasil é um bom exemplo do que pode acontecer em função das alterações da natureza. Tanto faz se o fenômeno é absolutamente natural ou se o homem contribuiu para sua ocorrência, o fato incontroverso é que o nordeste atravessa uma das mais severas secas de que se tem notícia, enquanto o sul sofre com inundações anormais causadas pelas chuvas torrenciais que caem na região, até nos meses tradicionalmente secos.

A discussão que se coloca não é se o planeta está ameaçado. O planeta já passou por mudanças radicais e continua aí, firme e forte. O ponto central a ser enfrentado é o que estas mudanças podem fazer para a espécie humana, esta sim, relativamente ameaçada pelas consequências dos eventos de origem climática.

Estudos sobre o assunto mostram que na base do crescimento dos estragos e dos prejuízos está a soma do aumento da frequência e da força dos eventos com a ocupação de áreas sujeitas aos diferentes fenômenos por um número cada vez maior de seres humanos, concentrados em regiões urbanas, com alta impermeabilização do solo e condições operacionais capazes de alterar o clima.

As alterações provocadas pela natureza vão muito além dos grandes eventos. Imensas áreas de litoral ao redor do planeta estão sofrendo mudanças radicais, com o assoreamento de portos e

bocas de rios, destruição de praias, mudanças da topografia e da flora, força das marés e danos diretos aos seres humanos que habitam estas regiões.

Não é preciso ir longe para ver os estragos. A cidade de Santos começa a sentir rotineiramente os impactos das mudanças climáticas.

A ordem de grandeza dos prejuízos gerados pelos eventos de origem natural, especialmente os de origem climática, cresce exponencialmente, ano depois de ano. Já tem quem fale em mais de quinhentos bilhões de dólares, impulsionados pelos três furacões e dois terremotos que atingiram o Caribe e a América do Norte. E se somarmos todos os danos causados pelas secas e inundações ao redor da terra, com certeza o número é maior ainda.

Ao longo dos últimos anos, o preço dos seguros em geral vinha caindo de forma acentuada. Com o novo cenário, é provável que este ciclo tenha chegado ao fim. As seguradoras precisam se proteger e se capitalizar para enfrentarem os novos riscos e desafios à sua frente.

Para isso, além de rever seus preços em geral e os produtos específicos para danos de origem natural, elas precisam negociar com os governos até aonde vai a responsabilidade de cada um. A atividade seguradora mundial não tem porte para fazer frente ao novo cenário. Assim, muito provavelmente todos os tipos de seguros passarão a custar mais caro rapidamente.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 06.11.2017.